

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILMARA BISS CORDEIRO

**PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA COZINHA EXPERIMENTAL
NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS OESTE DO
MUNICÍPIO DE PINHAIS - PR**

MATINHOS

2011

SILMARA BISS CORDEIRO

**PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA COZINHA EXPERIMENTAL
NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS OESTE DO
MUNICÍPIO DE PINHAIS - PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Especialização em Serviço
Social: A questão social na perspectiva
interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Midori
Kashiwagi

MATINHOS

2011

“Muitas pequenas coisas,
feitas em muitos pequenos lugares,
por muitas pessoas miúdas,
podem mudar a face do mundo.”
Provérbio Chinês

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar sabedoria e determinação na busca de meus objetivos.

Agradeço também a minha família, meus amigos, colegas de cursos e professores, pelo apoio e compreensão, pois durante o curso passamos por momentos de muitas alegrias, mas também por momentos muitas vezes árdusos, titubeamos, mas hoje posso dizer que vencemos, pois estamos na reta final.

E especialmente agradeço aqueles que torceram por mim e acreditaram que chegaria vitoriosa ao fim de mais esta etapa em minha vida.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como título: “Proposta de Implantação de uma Cozinha Experimental no CRAS Oeste do Município de Pinhais - PR” seu objetivo é apresentar quais as contribuições e os benefícios deste projeto para os usuários da Política de Assistência Social que residem na área de abrangência deste CRAS, na sua maioria famílias em situação de desemprego e insegurança alimentar, que vivem em condições de vulnerabilidade e risco social. A partir da experiência de um curso itinerante, foi possível identificar que se o curso fosse permanente e acontecesse próximo da comunidade, poderíamos atender um grupo maior e também possibilitaria um conteúdo mais completo, pois a carga horária não seria tão condensada, como no caso do itinerante. Concluímos que as contribuições vão além das pessoas e sua família, mas se estenderá para a comunidade e para a sociedade.

Palavras-Chave: CRAS, Cozinha experimental. Alimentos. Família. Assistência Social.

ABSTRACT

This work of Course Completion is entitled: "Proposal for Establishment of an Experimental Kitchen in West CRAS of city Pinhais - PR" your goal is to present what are the contributions of this project and the benefits for users of the Social Policy residing in the catchment area of CRAS, mostly unemployed families and food insecurity, living in conditions of vulnerability and social risk. From the experience of an itinerant course, it was possible to identify that the course were permanent and happened near the community could meet a larger group content and also allow a more complete, because the workload would not be as condensed as in the case of itinerant. We conclude that contributions go beyond the people and their families, but will extend to the community and to society.

Keywords: CRAS, experimental kitchen. Food. Family. Social Assistance

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	–	PORTE DOS MUNICÍPIOS	21
TABELA 2	–	ESPAÇO DO CRAS	23
TABELA 3	–	EQUIPE DE REFERÊNCIA DO CRAS	24

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1	–	ACEITAÇÃO DO CURSO	30
GRAFICO 2	–	REALIZAÇÃO DE OUTRO CURSO	31
GRAFICO 3	–	INTERESSE EM REALIZAR OUTRO CURSO	31
GRAFICO 4	–	OPINIÃO SOBRE A DURAÇÃO DO CURSO.....	32
GRAFICO 5	–	CLASSIFICAÇÃO POR GÊNERO	35
GRAFICO 6	–	CLASSIFICAÇÃO POR IDADE.....	35
GRAFICO 7	–	CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE.....	36
GRAFICO 8	–	CLASSIFICAÇÃO POR FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHER.....	36
GRAFICO 9	–	CLASSIFICAÇÃO POR RENDA FAMILIAR.....	37
GRAFICO 10	–	CLASSIFICAÇÃO POR QUANTIDADE DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA	38
GRAFICO 11	–	A IMPORTÂNCIA DE UMA COZINHA EXPERIMENTAL	38
GRAFICO 12	–	ASSUNTOS/TEMA QUE GOSTARIA DE APROFUNDAR	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	–	Benefício de Prestação Continuada
CEMEI	–	Centro Municipal de Educação Infantil
CF	–	Constituição Federal
CNAS	–	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	–	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	–	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	–	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	–	Norma Operacional Básica
NOB/RH	–	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAIF	–	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	–	Programa Bolsa Família
PNAS	–	Política Nacional de Assistência Social
PSB	–	Proteção Social Básica
PSE	–	Proteção Social Especial
SEMAS	–	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	–	Serviço Social da Indústria
SUAS	–	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12
1.1 BASES ORGANIZACIONAIS DO SUAS	13
1.1.1 Matricialidade Sociofamiliar	13
1.1.2 Descentralização Político-Administrativa e Territorialização	14
1.1.3 Novas Bases para a Relação Entre o Estado e a Sociedade Civil	15
1.1.4 Financiamento	16
1.1.5 Controle Social	16
1.1.6 A Política de Recursos Humanos	17
1.1.7 A Informação, o Monitoramento e a Avaliação	18
1.2 MODALIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	19
1.2.1 Proteção Social Básica	19
1.2.1.1 A Concepção do Cras	19
1.2.2 Proteção Social Especial	20
1.3 A IMPLANTAÇÃO DO CRAS	21
1.3.1 Estratégia de Localização	21
1.3.2 Estrutura Física e Recursos Humanos	22
1.3.3 Os Cras do Município de Pinhais	24
II. A REALIDADE DO CRAS OESTE	26
2.1 DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS NO COTIDIANO	27
2.2 AÇÕES CONCRETAS DE CAPACITAÇÃO	28
2.3 A EXPERIENCIA DO PROJETO COZINHA BRASIL EM PINHAIS	29
2.4 PROPOSTA DE UMA COZINHA EXPERIMENTAL	34
III. UMA COZINHA EXPERIMENTAL NO CRAS OESTE	35
3.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA	35
3.1.1 Características dos entrevistados	36
3.2 OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE A COZINHA EXPERIMENTAL.....	39
3.3 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS	40
3.4 TRANSFORMAÇÕES DE HÁBITOS	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	47

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo trazer para discussão quais seriam as contribuições e os benefícios de uma Cozinha Experimental no CRAS Oeste em Pinhais – PR. Durante os dois anos que trabalho como assistente social neste CRAS tenho acompanhando diversas situações que me levaram a desenvolver esta proposta e que estão descritas ao longo deste trabalho.

Durante o desenvolvimento desta proposta foi identificado que os objetivos podiam ser maiores, mas por se tratar apenas de uma proposta, na qual não seria possível sua implantação dentro do período do curso, tentamos manter o foco nos objetivos primeiramente propostos, mas nas considerações finais deixamos ilustrados quantos outros benefícios e contribuições poderíamos alcançar.

No primeiro Capítulo foi descrito um breve relato sobre a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, logo após conceituamos uma a uma as Bases Organizacionais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. E seguida discorremos sobre as modalidades de Proteção Social, neste momento foi possível identificarmos na Proteção Social Básica como foi a concepção dos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS e seu principal objetivo é a prevenção. Na Proteção Social Especial verificamos que se subdivide em Média e Alta Complexidade e tem caráter protetivo.

Ainda no Capítulo I, abordamos a implantação dos CRAS, como se justifica sua localização nos municípios, sua estrutura física e recursos humanos. Para concluirmos este Capítulo relatamos sobre os CRAS no município de Pinhais, iniciamos com um histórico do município e quando e onde foram implantados estes equipamentos públicos.

No Capítulo II aprofundamos o nosso objeto de estudo, ou seja, o CRAS Oeste, apresentando as suas deficiências e os desafios enfrentados no cotidiano. Ressaltamos as ações concretas de capacitação que são desenvolvidas para os usuários da Política da Assistência Social.

O Capítulo II também descreve como surgiu a ideia desta proposta através da experiência do Projeto Cozinha Brasil do Sesi no município de Pinhais, que em 2010 esteve por três meses capacitando munícipes em modalidade itinerante.

Apresentamos análise de uma pesquisa realizada com os participantes do Cozinha Brasil. E discorremos sobre a proposta, a estrutura física, material e humana que necessitaremos e suas finalidades.

No Capítulo III ilustraremos a pesquisa realizada, sua metodologia e formas de abordagens. Iniciamos com um levantamento das características dos entrevistados e ainda com dados dos questionários desvelamos o olhar da comunidade sobre uma cozinha experimental no CRAS Oeste.

Ainda neste Capítulo levantamos as possíveis contribuições socioeconômicas deste projeto para os usuários do CRAS e também ressaltamos transformações de hábitos que os participantes e familiares podem sofrer.

Nas Considerações Finais expomos que as contribuições estão além das propostas iniciais, pois podem se estender em diversas áreas e pessoas, podendo contribuir em ações de curto e de longo prazo que é o caso da saúde e do meio ambiente.

CAPITULO I

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para iniciarmos este estudo, entendemos ser necessário aprofundar um pouco sobre a Política Nacional de Assistência Social- PNAS. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada em outubro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS após amplo debate coletivo e atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em dezembro de 2003, torna-se realidade quase onze anos após a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

A PNAS expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Pois, no Brasil a Assistência Social só é reconhecida como Política Pública com a Constituição Federal - CF de 1988 onde a Assistência Social é proclamada como Direito Social, que “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social” (Constituição 1988, Título VIII da Ordem Social, Cap. II, art. 194).

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Para uma melhor elucidação do significado de mínimos sociais citamos COLIN

Mínimos sociais, para os fins desta política, implicam atendimento às necessidades básicas de todo o cidadão, assegurando um patamar indispensável para uma vida digna. Isso pressupõem a apropriação de bens e serviços essenciais à existência humana por todos os cidadãos. (COLIN, 2003, p27)

Na Política Nacional de Assistência Social são definidas as bases do novo modelo de gestão em todo o território nacional, como um sistema de regulação e organização do atendimento às necessidades sociais, por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos.

1.1 BASES ORGANIZACIONAIS DO SUAS

Para consolidar a PNAS temos o Sistema Único de Assistência Social - SUAS que materializa o conteúdo da LOAS e define os conceitos e as bases que vão orientar a estruturação do sistema nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. O processo de gestão do SUAS prevê as seguintes bases organizacionais que a seguir serão detalhadas.

1.1.1 Matricialidade sociofamiliar

É o reconhecimento da importância da família como referência fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família é percebida como elo integrador e como foco de programas específicos.

Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, PNAS, 2009, p.42)

Ao tratarmos como centralidade das ações o núcleo familiar é necessário a garantia dos direitos de todos os seus componentes, considerando as vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais, entre outras. É preciso construir cidadania, recuperando a dignidade e auto estima dos usuários para que este possa desenvolver seu empoderamento.

Segundo a Norma Operacional Básica - NOB (2005, p.17) “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.” Observamos que a família está retomando um lugar de destaque na política social, pois ao mesmo tempo ela é beneficiária e também

parceira. Isto acontece por ser em muitos momentos a base na socialização de seus membros, principalmente crianças e adolescentes.

1.1.2 Descentralização político-administrativa e Territorialização

Descentralização é a autonomia administrativa dos entes federados, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios assumem as ações de forma articulada permitindo um sistema mais participativo. Pode-se dizer que ocorre uma partilha de poder, tanto no âmbito da transferência de competências da União para os Estados e Municípios, quanto no deslocamento de poder de decisão do Estado para a sociedade.

Além das entidades e organizações de assistência social que também constituem este sistema ainda fazem parte deste processo um conjunto de instâncias de pactuação e deliberação, derivadas de diversos setores da área. A descentralização política é expressa, também, pela exigência da efetiva consolidação dos conselhos, planos e fundos da assistência social em cada esfera do governo.

No campo da assistência social, o artigo 6º, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área. O artigo 8º estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei fixarão suas respectivas políticas de assistência social (BRASIL, PNAS, 2009, p.43).

A Territorialização refere-se não apenas ao espaço geográfico, mas sim as características sociais, culturais e identitárias da população que ali residem, levando-se em consideração estes dados é possível um melhor mapeamento das vulnerabilidades e risco sociais, assim como a identificação e o estímulo das potencialidades presentes.

Conforme as Orientações Técnicas CRAS (2009, p. 13) o “território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado... é espaços

coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consangüinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade.” É possível identificar em algumas regiões, vizinhanças que formam uma rede de solidariedade, pois criam uma identidade com o local, partilham dos mesmos problemas, por exemplo, uma localidade onde frequentemente ocorre enchentes, os vizinhos se unem no momento dos alagamentos para se protegerem e auxiliam uns aos outros na tentativa de salvarem seus bens. E quando a situação passa, lutam pelos seus direitos, dessa forma eles têm mais força, por isso comunidades organizadas sejam através de associações de moradores ou de líderes devem ter espaços para serem ouvidas, seja através das Conferências, assembléias públicas, ouvidorias entre outros canais disponíveis pela gestão.

1.1.3 Novas bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil

A LOAS propõe a integração de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para a garantia da proteção social, desta forma as entidades e organizações de assistência social assumem a posição de co-gestores, pois além de prestadores complementares de serviços socioassistenciais eles também exercem o papel de controle social, essa participação deve ser estimulada para que se alcance os resultados esperados.

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso. Desconhecer a crescente importância da atuação das organizações da sociedade nas políticas sócias é reproduzir a lógica ineficaz e irracional da fragmentação, descoordenação, superposição e isolamento das ações. (BRASIL, PNAS 2009 p. 47).

1.1.4 Financiamento

Conforme a Constituição Federal de 1988, o financiamento da Seguridade Social é concretizado por toda a sociedade por meio dos recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais.

O cofinanciamento do governo federal iniciou-se em 2004 com o custeio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) hoje com a denominação de Serviço de Proteção Integral à Família.

“... o financiamento dos benefícios se dá de forma direta aos seus destinatários, e o financiamento da rede socioassistencial se dá mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, bem como de repasses de recursos para projetos e programas que venham a ser considerados relevantes para o desenvolvimento da política de assistência social em cada esfera de governo, de acordo com os critérios de partilha e elegibilidade de municípios, regiões e, ou, estados e o Distrito Federal, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos conselhos de assistência social. (BRASIL, PNAS 2009 p. 49).

As transferências foram realizadas tendo como critérios de partilha, estabelecidos pela NOB-SUAS: 1) porte populacional dos municípios; 2) taxa de vulnerabilidade social por estado; 3) indicadores sócio-territoriais e de cobertura, reunidos por meio do Índice SUAS. Tais critérios estabelecem a quantidade de recursos a serem transferidos aos municípios.

1.1.5 Controle Social

É um instrumento de participação popular na gestão político administrativo-financeira e técnico-operativa. Os profissionais da assistência social devem criar possibilidades de participação e intervenção coletiva dos usuários, convidando-os e

incentivando-os a participarem das pré conferências, conferências, das audiências públicas, dos seminários e a fazerem parte dos conselhos, pois estes são espaços de debates, discussões dos serviços socioassistenciais, seus padrões de qualidade, problemas locais, fiscalização dos recursos e orçamentos, que visam garantir “a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem dos interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões, segundo critérios pactuados”. (Raichelis, 1998:41)

1.1.6 A Política de Recursos Humanos

Para a efetivação deste eixo em 2006 foi criada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH, que se trata de um instrumento normativo que define as diretrizes e responsabilidades no âmbito da política do trabalho na área da assistência social.

Na edição das Orientações Técnicas CRAS (2009, p. 62) reflete-se que “os trabalhadores constituem a principal tecnologia da política da assistência social. Assim é por intermédio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários do CRAS.”

A capacitação continuada é necessária para que os trabalhadores deixem de pensar que são meros executores, e passem a se identificarem como viabilizadores de direito, para que isto aconteça estes profissionais devem compreender as mudanças conquistadas com a LOAS, com a PNAS e com o SUAS.

O novo modelo socioassistencial, instaurado pelo SUAS, impõem uma série de mudanças à política de recursos humanos na área da assistência social. Nos últimos anos, com o aumento da complexidade das questões sociais novos atores vem surgindo no cenário de atuação dos técnicos da assistência social. A nova política pretende regulamentar estas funções ou ocupações no sentido de qualificar a intervenção social dos trabalhadores.(BRASIL, Capacita Suas Volume 1, 2008, p. 111)

Conforme analisa Sposati (2006, p.104) o “Recursos humanos na gestão da assistência social é matéria prima e processo de trabalho fundamental. A assistência social não opera por tecnologias substitutivas do trabalho humano”. Por este motivo se prevê capacitações periódicas, concursos públicos e planos de cargos e salários, pois a qualidade dos serviços ofertados está diretamente ligado a satisfação e comprometimento dos trabalhadores.

1.1.7 A Informação, o Monitoramento e a Avaliação

Este eixo tem o objetivo de “possibilitar relatórios e consultas comuns e essenciais para todos os níveis de gestão do SUAS, o que profissionaliza o planejamento, a execução e a avaliação do SUAS e espelham as informações para toda a sociedade” (REDE SUAS, 2007, p. 20). Com este sistema é possível mais agilidade e transparência nas ações, seja ela de transferência de recursos como de construção de indicadores regionais e ainda subsidia a efetivação do sistema de vigilância e defesa social e institucional do SUAS.

A REDE SUAS é um sistema de informação capaz de contribuir na tarefa de redimensionar a cultura de gestão até então vivenciada, compreendendo que os novos índices de agilidade e transparência são imperativos para a construção da PNAS/2004 e ineditamente criam uma ferramenta de gestão coletiva para o desenvolvimento da política pública de assistência social (BRASIL, SUAS, 2008, p.125).

Ou seja, este eixo é responsável pelas informações dos dados dos serviços, programas e projetos executados e também pela sua avaliação, a consulta ocorre de forma pública e de livre acesso através do site. Dessa forma é possível acompanhar as ações que vem sendo realizadas.

1.2 MODALIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL

O SUAS estabelece duas modalidades de proteção social - a Básica e a Especial, sendo que esta se divide em Média e Alta Complexidade, - estas modalidades foram definidas conforme a natureza e a complexidade envolvidas, partindo do pressuposto de que as necessidades sociais são diversas e complexas, exigindo respostas públicas diferenciadas.

1.2.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica - PSB tem como finalidade prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, engloba também ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se prioritariamente a famílias e indivíduos que vivem em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

Na PSB se desenvolvem os serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização e os benefícios de prestação continuada, eventuais e outras formas de transferência de renda. A realização dessas atenções acontecem nos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

1.2.1.1 A CONCEPÇÃO DO CRAS

Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS foram concebidos em setembro de 2003, vinculados ao Plano Nacional de Atendimento Integral à Família. Com o SUAS o significado do CRAS é reforçado “é a base física de sustentação do sistema, responsável por uma de suas duas vertentes, a proteção social básica, cabendo-lhe exprimir localmente os valores universais da política:

política de Estado, descentralizada e participativa.” (BRASIL, Capacita Suas, Volume 3, 2008, p. 78)

Os CRAS são equipamentos socioassistenciais que funcionam como unidades públicas estatais de base territorial, atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, com o intuito de orientá-los e possibilitar o fortalecimento desses vínculos.

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários -, a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. (BRASIL, PNAS 2009 p. 35).

1.2.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial - PSE tem um caráter protetivo, são ações que requerem acompanhamento familiar e individual, pois se destinam a famílias ou indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados.

Para Simões (2008, p. 316) “A especial é de duas modalidades: média complexidade, *quando os referidos direitos já foram violados, mas os vínculos familiares ainda permanecem mantidos*; alta complexidade, *quando, além da violação dos direitos, os referidos vínculos foram rompidos*, exigindo a retirada do assistido da vida familiar.”

A atenção especializada ocorre nos Centros Especializados de Assistência Social - CREAS, que também tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

1.3 A IMPLANTAÇÃO DO CRAS

Para a implantação do CRAS deve ser levado em consideração um conjunto de providências que deverão ser tomadas pelo órgão gestor municipal de assistência social ou congênere, com o objetivo de cumprir as exigências de instalação dessa unidade pública em determinado território e à oferta de serviços de qualidade. Iremos aprofundar melhor nos itens seguintes.

1.3.1 ESTRATÉGIA DE LOCALIZAÇÃO

Os CRAS devem ser localizados nas regiões onde está concentrado o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, como nem sempre é possível precisar este diagnóstico a NOB-SUAS admite que sejam instalados em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário.

A delimitação dos territórios para a implantação de Centros de Referência não pode ser arbitrária e artificial, descolada das características socioeconômicas, geográficas, culturais que conferem identidade a cada um deles, no contexto do macroterritório do município, inclusive de sua área rural. (BRASIL, 2009, p 13).

Confome a NOB-SUAS a quantidade mínima de CRAS está relacionado ao porte do município, vejamos no quadro a seguir:

Município	Habitantes	CRAS	Famílias referenciadas
Pequeno Porte I	20.000	1	Até 2500
Pequeno Porte II	20.0001 a 50.000	1	Até 3500
Médio Porte	50.001 a 100.000	2	Até 5000 para cada CRAS
Grande Porte	100.001 a 900.000	4	Até 5000 para cada CRAS
Metrópoles	Mais de 900.000	8	Até 5000 para cada CRAS

Tabela 1– PORTE DO MUNICIPIO

Fonte: NOB/SUAS

1.3.2 ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS HUMANOS

Todo CRAS deve dispor dos seguintes espaços: recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros. Seus ambientes precisam ter iluminação adequada, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza.

A tabela 2 apresenta no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS um resumo dos espaços, usos, metragens e quantidades de ambientes, segundo capacidade de atendimento anual do CRAS*

Devido ao fato dos imóveis serem locados, muitos CRAS não possuem seus ambientes nas metragens solicitadas, muito menos conseguem adequar as salas ao desejado nos níveis de iluminação e ventilação, que quase sempre são artificiais e insuficientes.

...o mecanismo de locação de imóveis vem se apresentando... como geradores de dois problemas principais: a difícil localização dentro de áreas efetivamente vulneráveis, pela oferta limitada de imóveis compatíveis, e o nível expressivo de improvisação, ou seja, de utilização de espaços em condições ambientais e dimensionais inadequadas para o desenvolvimento compulsório de atividades típicas do CRAS, pelas restrições à execução de reformas mais abrangentes nesses casos. (BRASIL, 2009, p 23)

A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS (TABELA 3).

Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

ESPAÇO	USO	METRAGEM	Quantidade por capacidade de atendimento anual do CRAS*		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, em especial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos.	12m²	1	1	1
Sala de atendimento	Espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos.	12m² (capacidade para 10 pessoas)	1	1	2
Sala de uso coletivo	Espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade para a realização de atividades com grupos de famílias.	35m² (capacidade para 30 pessoas)	1	1	2
Sala administrativa	Espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação.	20m²	1	1	1
Copa	Espaço destinado para o preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	5m²	1	1	1
Conjunto de banheiros **	_____	10m²	1	1	1

* Recomenda-se que os CRAS com maior capacidade de atendimento anual possuam um número maior de salas de atendimento e salas de uso coletivo, pois sua demanda por atendimento e equipe de referência é maior.

** Entende-se por conjunto de banheiros: 1 para uso feminino, 1 para uso masculino, 1 para uso feminino adaptado e 1 para uso masculino adaptado.

Tabela 2 – ESPAÇO DO CRAS

Fonte: Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	

* É a partir da realização do diagnóstico territorial que o gestor municipal de assistência social (ou do DF), juntamente com o Coordenador do CRAS, define o profissional que deverá compor a equipe de referência. Poderão compor a equipe: pedagogo, sociólogo, antropólogo ou outro profissional com formação compatível com a intervenção social realizado pelo PAIF.

Tabela 3 – EQUIPE DE REFERÊNCIA DO CRAS

Fonte: Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

1.3.3 OS CRAS DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

O município de Pinhais pertencia a Piraquara até 1992, é um dos mais novos e o menor em extensão do Estado do Paraná com uma área de 61,137 quilômetros quadrados, cerca de 1/3 de seu território está em área de Proteção Ambiental do Iraí. Faz divisa com Colombo, Curitiba, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Piraquara.

A cidade possui uma população segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-2010 de 117.008 habitantes, possui IDH-M de 0,82 e conforme informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS há 3058 beneficiário do Programa Bolsa Família - PBF e 1239 do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Inicialmente os atendimentos aos usuários da Política de Assistência Social aconteciam na Secretaria de Assistência Social, que era chamada de Ação Social. Agora estes atendimentos acontecem nos CRAS. O município de Pinhais possui quatros CRAS, denominados CRAS Leste, CRAS Oeste, CRAS Norte e CRAS Sul, estão localizados conforme pontos cardeais em cada extremo do município.

Em Julho de 2007 foi implantado o primeiro CRAS, conhecido popularmente como CRAS Maria Antonieta, o CRAS Leste inicialmente localizado à Rua Jerônimo Mendes dos Santos, nº 430 no bairro Vila Maria Antonieta em imóvel locado. Porém em Março de 2011 foi reinaugurado na rua Leila Diniz, nº 361 no mesmo bairro, sendo o único CRAS do município com sede própria, com dois andares e acessibilidade. Este CRAS é financiado pelo Governo Federal, os outros três são mantidos pelo município. Este CRAS atende os Bairros: Maria Antonieta, Vargem Grande e Jardim Triângulo.

O CRAS Sul, conhecido como Weissopolis, foi implementado em Outubro de 2008, fica localizado à Rua Rio Solimões, nº 516 no Bairro Jardim Weissópolis, e atende os bairros do Jardim Weissopolis, Vila Tarumã, Estância Pinhais e Centro.

Em novembro de 2008 inauguraram os outros dois CRAS Norte, conhecido por Vila Amélia e o Oeste, conhecido por Jardim Cláudia. O CRAS Norte está localizado na Rua Nilo Peçanha, nº 502, Bairro Vila Amélia e atende os bairros: Vila Amélia, Planta Karla, Vila Dignidade, Vila Palmital, Parque das Águas, Parque das Nascente, Privê, Pio XII, Esplanada, Rosi Galvão, Alphaville, Graciosa e Canguiri.

Já o CRAS Oeste inicialmente se localizava na Avenida Jacob Macanhan, nº 3006, bairro Jardim Claudia, mas devido à estrutura, que não comportava os serviços, em Agosto de 2010 o CRAS mudou-se para a Avenida Jacob Macanhan, nº 3363, bairro Atuba, onde foi possível oferecer um espaço adequado para o atendimento da família, atende as regiões dos seguintes bairros: Jardim Claudia, Alto Tarumã, Renato Bonilauri, Moradias Palmital, Joaquina, Atuba, Perdizes I e II, Emiliano Perneta, Sol Nascente, Jardim Eliza, Vila União, Pineville, Boa Esperança, Pedro Demeterco, Aquila e Vila Tebas.

CAPITULO II

A REALIDADE DO CRAS OESTE

Neste capítulo apresentaremos um pouco mais sobre o CRAS Oeste, por se tratar do nosso objeto de estudo. Atualmente temos cadastrados em nosso sistema aproximadamente três e quinhentas famílias, a grande maioria residentes em áreas vulnerabilizadas. Muitas destas pessoas vivenciam a realidade social brasileira que apresenta um cenário de acentuado processo de empobrecimento da população, vítimas do desemprego, trabalho precarizado, informalidade, problemas de saúde, dependência química, ausência de renda, entre outros, que segundo a autora Samira Kauchakje estes:

São fenômenos que em si mesmo não se configuram como questão social, pois para isto há a necessidade de uma conjunção de fatores culturais, políticos e econômicos que façam com que a própria sociedade indague sobre as razões e os meios de debelar, controlar ou minimizar tais situações. Em outras palavras, para que seja reconhecido como questão social, e uma de suas expressões, um fenômeno social precisa ser desnaturalizado, quer dizer, seus fatores geradores e possíveis soluções buscados nas próprias relações sociais e não em justificativas exteriores a elas. (2008, p25).

O espaço do CRAS Oeste atende o mínimo exigido para que um imóvel possa ser a sede de CRAS e, possa ofertar o PAIF, ou seja:

- recepção;
- 2 salas de atendimento individual;
- sala de multiuso;
- sala de coordenação;
- copa;
- conjuntos de instalações sanitárias;
- almoxarifado
- brinquedoteca

O atendimento é de segunda a sexta feira das 08:00 hs às 12:00hs, das 13:00hs às 17:00 hs, com intervalo de almoço das 12:00 as 13:00, esporadicamente acontece atividades fora deste período para realização de pré conferência como a

que aconteceu em julho no período das 19:00 as 22:00, em conformidade com a determinação que consta nas Orientações Técnicas.

O período de funcionamento do CRAS deve estar em consonância com características dos serviços ofertados a unidade: caráter continuado, público e adequado para o atendimento de todos aqueles que o demandam, de modo a ampliar a possibilidade de acesso dos usuários aos seus direitos socioassistenciais. Para refletir tais características, o CRAS deve funcionar, no mínimo, cinco dias por semana, por oito horas diárias, totalizando 40 horas semanais, com a equipe de referência do CRAS completa. (BRASIL, Orientações Técnicas CRAS, 2009, p. 59)

2.1 - DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS NO COTIDIANO

Conforme a Norma Operacional Básica – NOB/RH o CRAS necessita de uma equipe mínima de profissionais para o atendimento, e esta equipe é determinada conforme o porte do Município e o número de famílias referenciadas e atendidas anualmente.

Porém esta equipe mínima muitas vezes não é suficiente para atender a demanda, pois além dos programas e projetos temos também os atendimentos pontuais, aqueles que a família procura o CRAS, muitas vezes com situações emergenciais e aguardam uma solução para seus “problemas”. Estas famílias são acolhidas, ouvidas, dependendo da situação são encaminhadas à rede ou orientadas, e sempre que possível são incluídas no PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família, trata-se de um serviço desenvolvido no CRAS com caráter continuado com o objetivo de proteger e fortalecer os vínculos familiares assim como a promoção do acesso aos direitos.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo

informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, Tipificação, 2009, p.6).

Devido a rotatividade de profissionais e a burocracia em novas contratações, o CRAS nem sempre oferece esta equipe mínima, o que provoca um mau atendimento, demora, agendamentos, falta de alguns serviços por não ter profissional para desenvolvê-lo, entre outros.

Um outro problema enfrentado nos CRAS é em relação a estrutura física, muitos equipamentos são em imóveis locados e já construídos, ou seja, não foram planejados conforme a determinação que consta

Em imóveis locados ou cedidos também há maior dificuldade de adequação dimensional e ambiental. E só essa condição a unidade fica também sujeita a eventuais mudanças compulsórias de localização, para devolução do imóvel ou qualquer outro motivo, colocando em risco um ativo de importância para o SUAS: a identificação e referência do CRAS como “espaço” de proteção social de assistência social das famílias referenciadas. (BRASIL, Orientações Técnicas CRAS, 2009, p. 49)

A proposta de que cursos profissionalizante e de geração de renda aconteçam nos próprios espaços dos CRAS é para facilitar o deslocamento dos usuários, pois “o CRAS deve ser instalado próximo ao local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, conforme indicadores definidos na NOB-SUAS.” (BRASIL, 2006 p.13), porém infelizmente nem sempre é possível, no caso do CRAS Oeste, podemos dizer que está próximo de alguns bairros com famílias em situação de vulnerabilidade, mas por atender uma extensa região ficou muito afastado de outros bairros, dificultando o acesso destas famílias.

2.2 AÇÕES CONCRETAS DE CAPACITAÇÃO

O município de Pinhais oferece gratuitamente diversos cursos para os usuários da Assistência, através de convênios firmados com Entidades e Instituições. Esses cursos na sua maioria são profissionalizantes como cabeleireiro,

manicure, mecânica básica, auxiliar administrativo, maquiagem e alguns outros na área de beleza.

Desde 2009 há o Programa “Horta no Quintal de Casa”, que é uma forma de estimular a produção e o consumo de alimentos saudáveis pela população de baixa renda. Hoje, mais de 400 famílias estão inscritas no projeto e já plantam no próprio quintal, diversos alimentos como alface, cenoura e couve. Alguns, inclusive, utilizam esta atividade para gerar renda. Este programa consiste em distribuir aos inscritos mudas de hortaliças e frutíferas, além do adubo orgânico.

Recentemente a Agência do Trabalhador em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC iniciou um curso para pedreiro, este disponível para todos os municípios.

Em outubro deste ano iniciou o projeto Arte e Cidadania da Secretaria de Assistência Social - SEMAS, este projeto irá trabalhar inicialmente com cursos de unhas decoradas, caixinhas decoradas, meia de seda e corte e costura, a proposta é além de ensinar as usuárias das técnicas, também trabalhar a compra do material e a venda, está sendo estudado espaços como feira livre para a exposição e venda dos produtos confeccionados.

2.3 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO COZINHA BRASIL EM PINHAIS

O programa Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente promove cursos gratuitos à comunidade, divulgando informações sobre os alimentos e as melhores formas de produção, seleção, preparo e consumo. Fruto de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Serviço Social da Indústria - SESI, a iniciativa conta com 20 cozinhas experimentais itinerantes, montadas em uma unidade móvel.

Os cursos oferecem especialmente informações sobre a utilização integral dos alimentos, com ênfase nos alimentos regionais e que estão em época de safra, promovendo uma alimentação balanceada e de baixo custo. O programa é voltado à comunidade em geral e a multiplicadores, como merendeiras, líderes comunitários, profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outros.

Programa ensina a comer bem sem gastar muito ao combinar três ingredientes fundamentais para uma boa refeição – qualidade, economia e sabor – o programa Cozinha Brasil ensina à população a preparar os alimentos de forma inteligente e sem desperdício.

A iniciativa, em andamento desde 2004, foi inspirada no programa Alimente-se Bem, do Sesi de São Paulo. Desde então, combinando alimentos e temperos a um novo modo de preparo, o Cozinha Brasil introduz na vida da comunidade industriária cardápios com alto valor nutritivo e baixo custo.

Aproveitando todas as partes dos alimentos, inclusive o que normalmente é dispensado como caule, talos, cascas, folhas e sementes, os profissionais do Sesi ensinam receitas saborosas e nutritivas, respeitando as diversidades regionais. São 30 unidades móveis em todo o país, equipadas com cozinha experimental e didática, onde instrutores e nutricionistas ministram cursos gratuitos.

O Cozinha Brasil, atualmente, oferece cursos de curta e média duração, gratuitos à população para o ensino da prática de uma alimentação nutritiva e saudável, de baixo custo e que respeita as diferenças regionais e das estações.

Além de receitas fáceis e gostosas, os alunos também aprendem a:

- escolher os alimentos por seu valor nutritivo, preço e apresentação;
- aproveitar integralmente os alimentos, reduzindo o desperdício;
- preparar refeições observando a limpeza e preservando o sabor e os nutrientes dos alimentos;
- consumir alimentos em quantidade adequada e sob condições de higiene;
- promover a melhoria da renda familiar.

Realizamos em Outubro de 2011 uma pesquisa com as pessoas residentes na área de abrangência do CRAS Oeste que fizeram o curso em 2010, ao total foram entrevistadas vinte pessoas.



GRAFICO 1 – ACEITAÇÃO DO CURSO
FONTE: A autora (2011).

Das vinte pessoas pesquisadas, todas responderam que gostaram do curso Cozinha Brasil, relataram que foi uma ótima iniciativa da prefeitura, pois cursos como este são de extrema importância para a população, que muitas vezes não tem acesso a informações nutricionais dos alimentos.

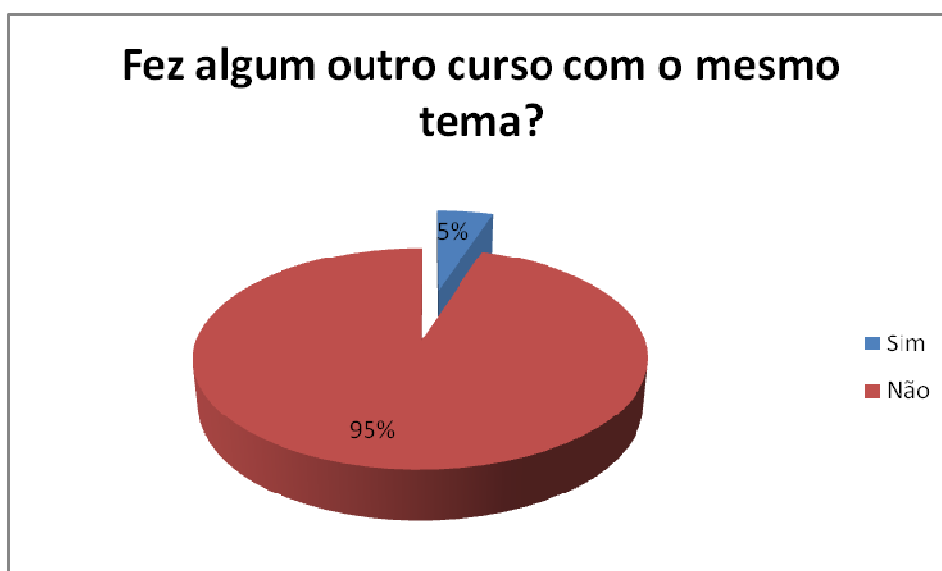


GRAFICO 2 – REALIZAÇÃO DE OUTRO CURSO
FONTE: A autora (2011).

Ao questionarmos se haviam feito outros cursos sobre o assunto, somente uma das entrevistadas, respondeu que sim, pois há alguns anos trabalhou como

merendeira e tiveram um curso similar, disse que não foi com o SESI, foi uma proposta da escola e aconteceu no espaço da própria escola.



GRAFICO 3 – INTERESSE EM REALIZAR OUTRO CURSO

FONTE: A autora (2011).

Todas se interessaram em fazer outros cursos com a mesma temática, exceto uma que já havia feito em outra ocasião. Ressaltaram que alguns assuntos foram vistos de forma rápida, e que precisavam de mais tempo para debate e também para esclarecimento de dúvidas. Segundo os participantes do curso havia pessoas com baixa escolaridade que possuíam dificuldade no entendimento, então a nutricionista responsável precisava ser bem esclarecida e muitas vezes repetia as informações quando percebia que não foi entendida, isso tornava a aula esclarecedora, porém atrasava o conteúdo, gerando correria ao final e muitos assuntos apenas foram expostos, sem maiores detalhamentos.

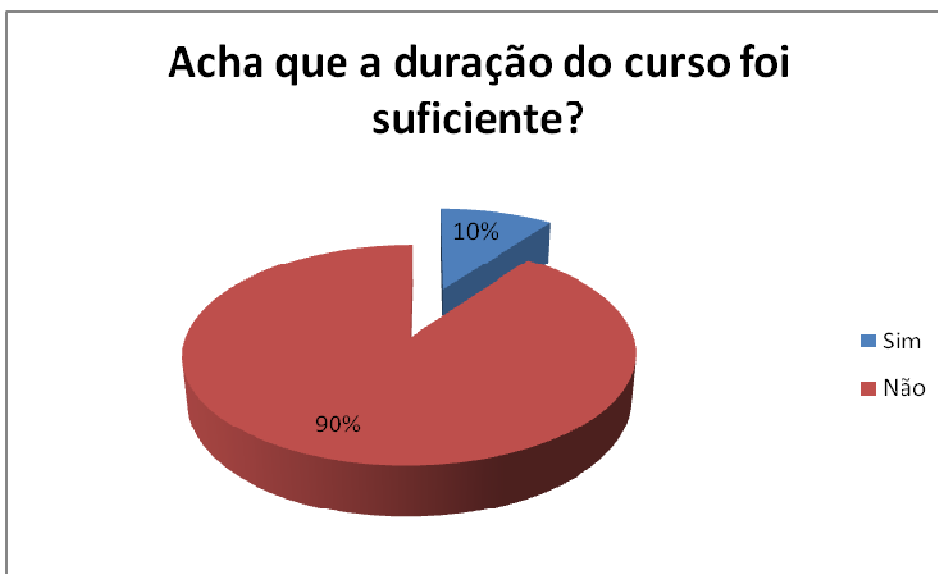


GRAFICO 4 – OPINIÃO SOBRE A DURAÇÃO DO CURSO
FONTE: A autora (2011).

Entre as pessoas entrevistadas 90% afirmaram que a duração do curso foi insuficiente, visto que foram quatro dias com aproximadamente três horas cada. Relataram que gostariam de aprofundar melhor os assuntos.

O curso foi realizado no CRAS Sul, bairro Weissópolis em Pinhais, para os moradores dos bairros atendidos pelo CRAS Oeste irem até o local, estes precisavam pegar um ônibus até o Terminal de Pinhais e de lá mais um ônibus até o local do curso, aproximadamente 50 minutos só de transporte coletivo, isto também dificultava o deslocamento.

2.4 PROPOSTA DE UMA COZINHA EXPERIMENTAL

A proposta de uma cozinha experimental no CRAS surgiu após o Serviço Social da Indústria - Sesi passar três meses no município de Pinhais com o Projeto Cozinha Brasil, neste período mais de quatrocentos pessoas participaram do curso, entre usuários da assistência social, merendeiras, servidores e demais munícipes.

A vinda do Projeto Cozinha Brasil do Sesi para o município de Pinhais foi de extrema importância, porém identificamos que este modelo itinerante não é o ideal para a realidade dos munícipes, devido a sua efemeridade, foi diagnosticado a necessidade de um projeto contínuo ou de longa permanência.

Além dos relatos dos usuários que participaram do curso, foi possível identificar nos atendimentos realizados no CRAS o desconhecimento de como aproveitar adequadamente os alimentos, alegam que alguns itens da cesta básica não são usados, por não saberem o que fazer com eles e gostariam de saber como melhor consumir verduras e hortaliças produzidos nas hortas familiares.

Para realização deste Projeto precisaríamos de uma cozinha com espaço amplo para aproximadamente vinte pessoas, uma televisão, um DVD para as aulas teóricas que poderiam realizar-se na sala multiuso do CRAS.

Na cozinha precisaríamos de fogão, geladeira, batedeira, liquidificador, microondas, pia, armários, mesas, cadeiras e demais utensílios domésticos para realização dos alimentos.

Também será preciso uma programação com o departamento de licitações para a compra contínua dos alimentos para a realização das receitas.

Para ministrar as aulas será necessário uma nutricionista e também uma auxiliar para a organização, pré preparo dos alimentos e limpeza.

A finalidade desta proposta será a capacitação dos usuários para produzirem alimentos de baixo custo, porém com alto valor nutritivo; reduzir as perdas e os desperdícios de alimentos; propor atitudes que sejam ecologicamente corretas e gerar ou ampliar a renda das famílias atendidas pelo CRAS.

CAPITULO III

UMA COZINHA EXPERIMENTAL NO CRAS OESTE

A proposta deste trabalho é a implantação de uma Cozinha Experimental no CRAS Oeste, além do acesso a informações nutricionais dos alimentos, seu adequado processamento e consumo, será enfatizado a produção de alimentos para a comercialização como bolos, tortas, geléias, doces, bombons, entre outros, com o objetivo de contribuir com a inclusão social de mulheres e com a segurança alimentar das populações de baixa renda, permitindo que as comunidades melhorem a sua renda familiar.

3.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

A organização da pesquisa empírica consistiu-se na utilização um questionário com perguntas estruturadas, deixando a ultima questão com mais de uma alternativa e um campo para anotações. O preenchimento dos questionários foi pelos próprios usuários, realizados através de visitas domiciliares, devido a dificuldade de acesso de alguns até o CRAS.

A pesquisa teve como grupo amostral vinte pessoas escolhidas aleatoriamente selecionadas entre as sessenta pessoas residentes da abrangência do CRAS Oeste que realizaram o curso Cozinha Brasil no ano de 2010.

Para realizar a análise dos dados foi utilizado o método qualitativo. Este método possibilita obter informações mais detalhadas do que apenas um sim ou um não, sendo um instrumento que se aprofunda na complexidade de um problema.

Ao utilizar o método qualitativo para atingir o quantitativo Richardson (2008, p 88) afirma que a análise das informações com as técnicas qualitativas permite verificar os resultados dos questionários e ampliar das relações descobertas.

3.1.1 CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

Para uma melhor contextualização da realidade do universo pesquisados, vamos apresentar algumas características dos entrevistados.

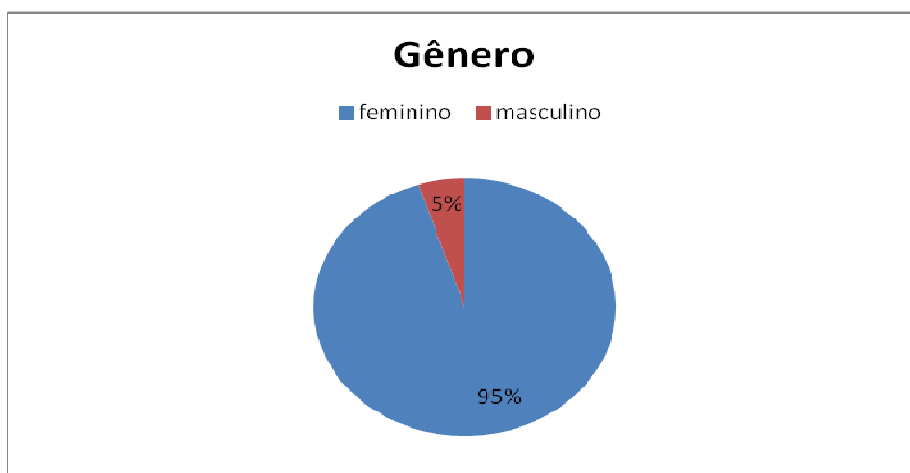


GRAFICO 5 – CLASSIFICAÇÃO POR GÊNERO

FONTE: A autora (2011).

Entre os entrevistados, somente um homem realizou o curso, as demais eram mulheres, no CRAS identificamos que em cursos relacionados ao preparo de alimentos é mais procurado pelo público feminino.

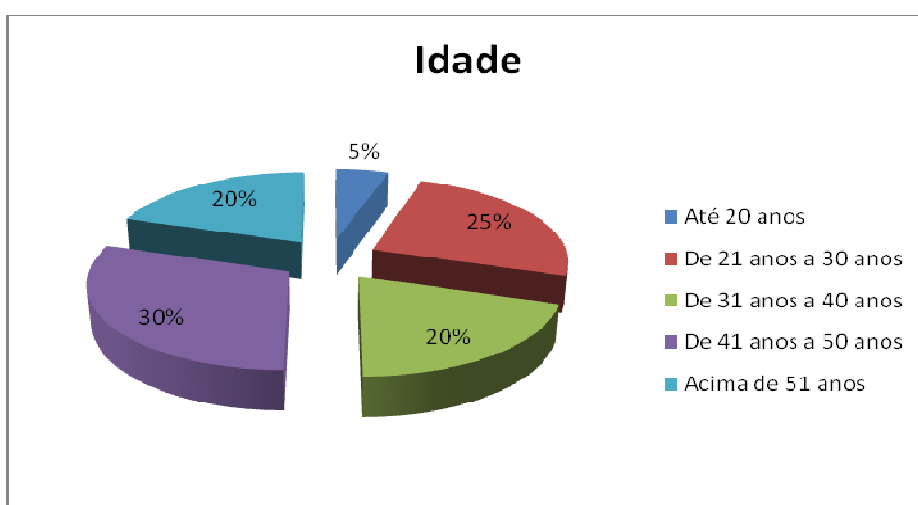


GRAFICO 6 – CLASSIFICAÇÃO POR IDADE

FONTE: A autora (2011).

A maioria das pessoas entrevistadas tinham idade entre 41 anos a 50 anos, apenas uma pessoa com idade até 20 anos realizou o curso, 45% tinham idade entre 21 anos a 40 anos e quatro pessoas com mais de 51 anos.

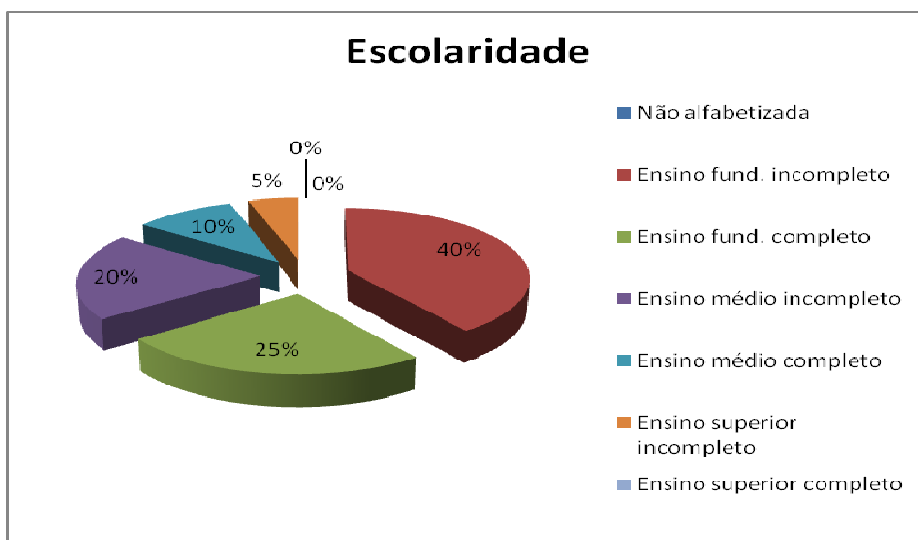


GRAFICO 7 – CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE
 FONTE: A autora (2011).

Ao observa-se a questão de escolaridade, identificamos a predominância de pessoas com o Ensino Fundamental Incompleto, somando os três primeiros itens podemos afirmar que 65% dos entrevistados passaram menos de nove anos estudando.

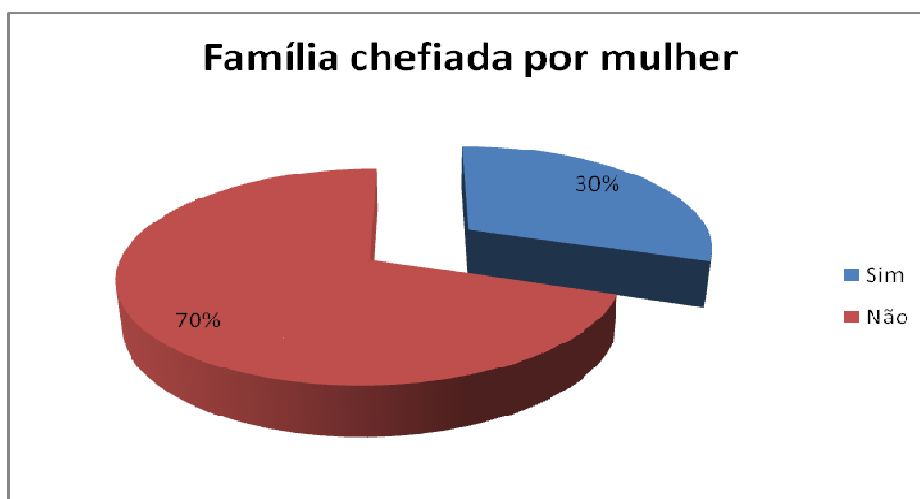


GRAFICO 8 – CLASSIFICAÇÃO POR FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHER
 FONTE: A autora (2011).

Os dados coletados demonstram que 70% das pessoas entrevistadas residem em famílias chefiadas por homem, ou seja, as mulheres podem até ter sua renda, mas o provedor do lar é o homem, a renda da mulher quando a tem é apenas complementar

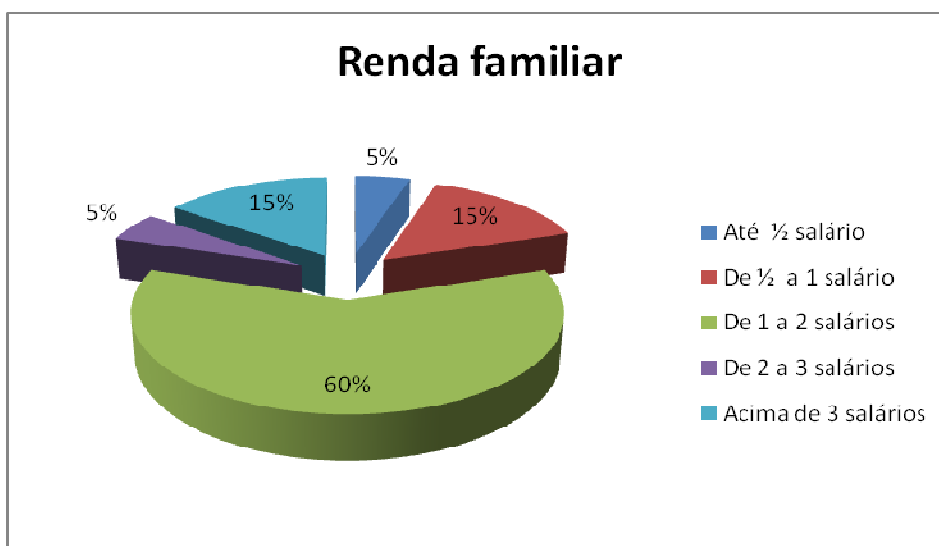


GRAFICO 9 – CLASSIFICAÇÃO POR RENDA FAMILIAR

FONTE: A autora (2011).

Diante do resultado acima exposto podemos concluir que 80% dos usuários pesquisados recebem até dois salários mínimos familiares. Para uma melhor compreensão deste cenário cruzamos este dado com o número de moradores na residência e obtivemos em média uma renda per capita inferior a R\$200,00.



GRAFICO 10 – CLASSIFICAÇÃO POR QUANTIDADE DE PESSOAS NA RESIDENCIA

FONTE: A autora (2011).

Observa-se que 45% das pessoas entrevistadas residem em três ou quatro pessoas na casa, mas o itens de 5 a 6 e acima de 7 somam os outros 45%, tratam-se de famílias numerosas, onde muitas vezes ocorreram os rearranjos familiares.

3.2 OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE A COZINHA EXPERIMENTAL

A cozinha experimental no CRAS facilitará o acesso de seus usuários a participação nos cursos, pois ficará mais próximos de suas residências e poderão conciliar as escolas dos filhos com o turno que passarão no CRAS.



GRAFICO 11 – A IMPORTÂNCIA DE UMA COZINHA EXPERIMENTAL NO CRAS
 FONTE: A autora (2011).

Todos os entrevistados responderam que seria importante uma cozinha experimental no CRAS, esta resposta reforça a nossa proposta de implantação, pois muitos dos interessados no Curso Cozinha Brasil não foram pela indisponibilidade de horário e pela distância do local.

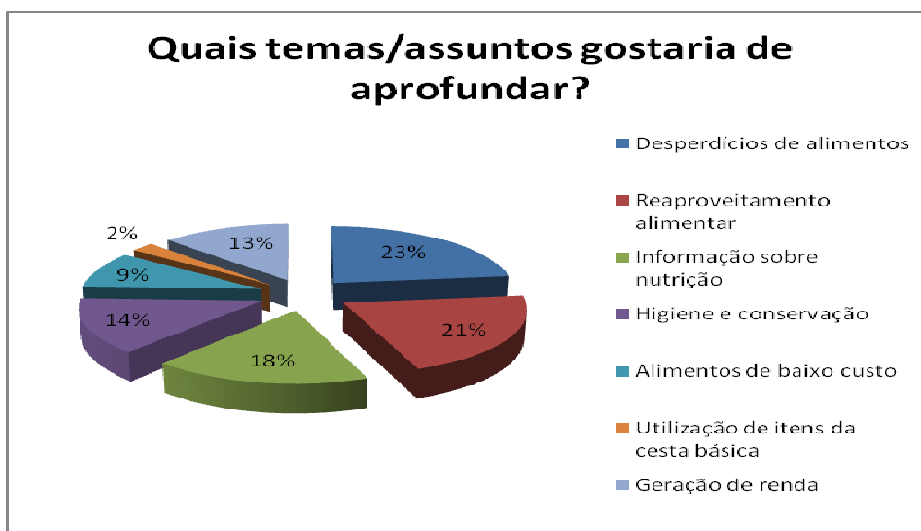


GRAFICO 12 – ASSUNTOS/TEMA QUE GOSTARIA DE APROFUNDAR
 FONTE: A autora (2011).

Esta questão foi de múltipla escolha, sendo assim cada entrevistado poderia responder quantos itens quisesse. O assunto mais votado pelos entrevistados para um melhor aprofundamento foi o desperdícios de alimentos com 23%, em seguida com 21% está o item reaproveitamento alimentar, depois informação sobre nutrição com 18%, higiene e conservação com 14%, geração de renda com 13%, alimentos de baixo custo com 9% e por ultimo com 2% utilização de itens de cesta básica.

3.3 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Uma cozinha experimental no CRAS pode proporcionar aos moradores a possibilidade de ascensão profissional, pois muitas empresas de alimentos solicitam apenas noções de preparo dos alimentos.

Outra oportunidade é a de fabricação de alimentos para a comercialização, que poderia ser vendido nos comércios ou ainda através da Feira Livre que temos duas vezes por semana no Bairro Atuba.

A melhoria na qualidade nutricional dos alimentos preparados para a família e o reaproveitamento alimentar seriam as maiores conquistas, em uma comunidade com a renda familiar tão baixa. Seria de extrema importância estas conquistas, porém seus resultados não são imediatos, mas sim a longo prazo.

Com a redução dos desperdícios e a melhor conservação dos alimentos diminuiriam os pedidos de auxílio alimentação junto ao CRAS, pois muitos desconhecem a melhor forma de guardar os alimentos. E também no momento de preparo acabam gerando muitas sobras que vão parar nos lixos ou nos alimentos de animais domésticos.

3.4 TRANSFORMAÇÕES DE HÁBITOS

Este projeto poderá propor transformações de hábitos alimentares, por exemplo:

- explicar para as famílias a importância da redução do óleo na vida diária, seja na preparação dos alimentos como evitando frituras;
- os problemas causados pelo excesso do sal, na alimentação;
- a importância das verduras e legumes nos alimentos diários;
- entre outros.

Também poderíamos reforçar hábitos em relação a conservação, seja na compra, seja no consumo, em nos atentarmos na verificação data de validade, e da data de fabricação, a melhor forma de congelamento e descongelamento. Evitar alimentos embalados individualmente, enlatados, comidas pré cozidas, para valorizar mais os alimentos in natura, e assim reduzir o lixo de embalagens.

Assim como a higienização dos alimentos para seu preparo e para seu armazenamento, dos utensílios e das vasilhas, do ambiente onde está sendo preparado. E principalmente daquele que vai prepará-lo, lavar bem as mãos, prender os cabelos, evitar manusear objetos não relacionados a preparação de alimentos, etc

Estas seriam algumas propostas que poderiam transformar hábitos nas vidas dos usuários que lhe proporcionariam melhorias seja de saúde, de ambiente, existem muitas outras que podem ser trabalhadas ao longo deste projeto como o

uso consciente da água, a redução do lixo, entre outros, que só tem a acrescentar positivamente na qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho de conclusão de curso, podemos afirmar que as contribuições e os avanços de uma Cozinha Experimental implantada em um CRAS, podem ser ilimitados, principalmente no quesito socioeconômico.

A possibilidade de um curso que possa capacitar para o mercado de trabalho ou ainda para geração de renda sem sair de casa, caso que beneficiaria as donas de casa com crianças pequenas e sem vaga nos Centros Municipal de Educação Infantil CEMEI, as vendas poderiam ocorrer na própria casa, como ambulante de casa em casa, nas Feiras Livres, nos comércio próximos das residências, nas associações de bairros, entre outros locais.

Um projeto que proporciona informações sobre reaproveitamento alimentar, redução do desperdícios dos alimentos e alimentação de baixo custo para uma população que muitas vezes vai até o CRAS em busca de alimentos como ultimo recurso para conseguir saciar uma das necessidades básicas do ser humano que é a fome, podemos concluir que não é apenas a fome que enfrentamos em nossos atendimentos, mas sim famílias em situação de insegurança alimentar, pois a fome segundo Meneses é uma “situação em que uma pessoa fica, durante um período prolongado, carente de alimentos que lhe forneçam as calorias (energia) e os elementos nutritivos necessários à vida e à saúde do seu organismo.” Insegurança alimentar é o não acesso ao direito de uma alimentação regular em quantidade e qualidade suficiente para o ser humano.

Este projeto pode complementar outros serviços ofertados pelo município, como o caso da Horta no Quintal de Casa, que fornece sementes e mudas de verduras e legumes para que os usuários produzam em seus quintais uma horta familiar. Na Cozinha Experimental poderá ser trabalhado a melhor forma de utilização dos legumes e verduras na íntegra, ou seja, utilizando talos, cascas, folhas e sementes que podem dar um sabor especial às receitas convencionais, resultando em produtos saborosos, de baixo custo e altamente nutritivos. É possível também estarem socializando os inúmeros temperos e condimentos que são produzidos na horta e darão um toque especial na alimentação, reduzindo assim o consumo de sal que tanto prejudica a saúde.

Entramos aí em uma contribuição riquíssima da Cozinha Experimental, a saúde. Mudanças de hábitos alimentares podem proporcionar alterações positivas na saúde dos usuários, que serão percebidas ao longo prazo. A redução do consumo de óleo, seja no preparo de alimentos ou nas frituras, evita o aumento do colesterol e o excesso de peso, além de facilitar a digestão.

O meio ambiente também será beneficiado com este projeto e automaticamente as gerações futuras, pois com a conscientização da redução do lixo, através do incentivo do consumo de produtos in natura e não mais dos produtos enlatados, embalados e pré cozidos, que na sua maioria estão muito mais caros que os demais teremos uma diminuição das embalagens.

Podemos concluir que este projeto é muito mais amplo, e seria impossível abordar estes temas em um curso de curta duração. Será necessário um espaço de capacitação continuada e de fácil acesso, por este motivo o CRAS foi o local que mais atende as necessidades da demanda.

Por último, expressamos o desejo de que este projeto seja implantado e que esta monografia venha a contribuir para profissionais e estagiários da área social, saúde e afins e aos demais que se interessem pelo tema.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETT, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História. Biblioteca Básica de Serviço Social** – Vol. 2 - São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Capacita Suas Volume 1 - SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças**. Brasília: DF, 2008.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **CRAS – A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços. Orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília: DF, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **LOAS ANOTADA. Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: DF, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: DF, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: DF, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: DF, 2009.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência Social: do descontrolado ao controle social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 88, anoXXVI, São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice.R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas. In: COUTO, Berenice Rojas (coord. *et al.*). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 4ª edição, ed. Papirus, Campinas-SP, 1994.

FIGUEIREDO, Nilcemara D. **Biblioteca Comunitária no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Guarituba no Município de Piraquara – PR Um veículo de promoção humana 2010** (Artigo do Curso de Especialização em Questão Social, 2010.UFPR.

KAUCHAKJE, S. **Elaboração e Planejamentos de Projetos Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: legislação suplementar/Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social; revisão do texto, Laisy Roriz, 2ª ed., Brasília: MPAS, SEAS, 2001.

MENESES, Randel Carvalho Silva. **Fome**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/sociologia/fome>> Acesso em 14/11/2011

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia política: Uma introdução crítica. Biblioteca Básica de Serviço Social – Vol. 1** - São Paulo: Cortez, 2008

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. SP, Cortez Editora, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jary. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3ª Ed. São Paulo, Atlas S/A, 2008.

SILVA, Ana P. G. Pro Jovem Nilson Neves Implantação e Desafios. (Monografia do Curso de Serviço Social, 2010. UFPR.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito no Serviço Social**. 3. ed. Ver. Edição atual. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In **Revista Serviço Social e Sociedade**.n. 87 . SP, Cortez Editora, 2006.

ANEXOS:

ANEXO 1 – ENTREVISTA

Questionário – Curso de Especialização em Questão Social em um Perspectiva Interdisciplinar

Sexo: Feminino () Masculino ()

Idade: _____

Escolaridade:

Não alfabetizada () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo ()

Família chefiada por mulher

Sim () Não ()

Renda familiar

Até ½ salário mínimo () de ½ salário mínimo a 1 salário mínimo ()

De 1 a 2 salário mínimo () de 2 a 3 salários mínimos () Acima de 3 salário mínimo ()

Quantas pessoas residem na casa?

Grau de parentesco:

() esposo (a)/ companheiro (a) () pai () mãe () filhos quantos?_____

() irmãos quantos?_____ () netos quantos?_____ () sobrinhos quantos_____

() avó () avô () cunhado () outros quantos_____

1) Gostou do curso Cozinha Brasil?

Sim () Não ()

2) Fez algum outro curso com o mesmo tema?

Sim () Não ()

3) Gostaria de fazer outro curso que complementasse os assuntos abordados do Cozinha Brasil?

Sim () Não ()

4) Acha que a duração do curso foi suficiente?

Sim () Não ()

5) Acredita que seria importante uma cozinha experimental no CRAS?

Sim () Não ()

6) Quais temas/assuntos gostaria de rever com maior aprofundamento

() desperdício de alimentos

() reaproveitamento alimentar

() informação sobre nutrição

() higiene e conservação

() alimentos de baixo custo

() utilização de itens da cesta básica

() geração de renda
